

PRIMEIRA-SECRETARIA	
Documento recebido nesta Secretaria sem a indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de caráter sigiloso, nos termos do Decreto n. 7.845, de 14/11/2012, do Poder Executivo.	
Em <u>10 / 01 / 2020</u> às <u>14</u> h <u>15</u>	
<u>DAVID</u> Servidor	<u>82650</u> Ponto
<u>Gilberto Melo</u> Portador	

OFÍCIO Nº 106 /2020 – MEC

Brasília, 10 de janeiro de 2020.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados
Palácio do Congresso Nacional, edifício sede, sala 27
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Resposta ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 967, de 13 de dezembro de 2019. Requerimento de Informação nº 1.756, de 2019, do Deputado Elias Vaz.

Senhora Deputada,

Cumprimentando-a cordialmente, em atenção ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 967, de 13 de dezembro de 2019, que versa sobre o Requerimento de Informação nº 1.756, de 2019, de autoria do Deputado Elias Vaz, encaminho a Vossa Excelência cópia da Nota Técnica nº 17/2019/GAB/PR, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, contendo cópia integral do processo administrativo que aprovou o curso de doutorado em Medicina Veterinária na Universidade Santo Amaro - UNISA no ano de 2019.

Na oportunidade, coloco-me à disposição de Vossa Excelência para qualquer esclarecimento adicional que se fizer necessário.

Atenciosamente,



ABRAHAM WEINTRAUB

Ministro de Estado da Educação



COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

NOTA TÉCNICA Nº 17/2019/GAB/PR

PROCESSO Nº 23038.019102/2019-95

INTERESSADO: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) ASSESSORIA PARLAMENTAR (ASPAR)

1. ASSUNTO

1.1. Resposta ao OFÍCIO Nº 4358/2019/ASPAR/GM/GM MEC (SEI 1116291) e ao Requerimento de Informação nº 1.759 de 2019 da Câmara dos Deputados (SEI 1116292).

2. REFERÊNCIAS

2.1. Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017 (Estatuto da CAPES) - SEI 1117144.

2.2. Portaria CAPES nº 273, de 18 de dezembro de 2018 (Dispõe sobre a tramitação de recursos das decisões do Conselho Técnico Científico da Educação Superior - CTC-ES) - SEI 1117146.

2.3. Portaria CAPES nº 94, 30 de abril de 2019 (Designação da Comissão Assessora que emite os pareceres quanto ao mérito dos recursos) - SEI 1117152.

3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. Trata-se de resposta ao OFÍCIO Nº 4358/2019/ASPAR/GM/GM MEC (SEI 1116291) e ao Requerimento de Informação nº 1.759 de 2019 da Câmara dos Deputados (SEI 1116292), do Deputado Elias Vaz, em que é solicitada cópia integral do processo administrativo que deferiu o pedido de recurso no ano de 2019, referente à abertura de curso de doutorado em medicina veterinária da Universidade Santo Amaro (UNISA). Foi solicitado, também, o projeto inicial elaborado pela instituição de ensino, com todas as manifestações e pareceres elaborados pelas equipes técnicas da CAPES, principalmente, as decisões (julgamentos) proferidas em todas as instâncias percorridas pelo processo.

4. ANÁLISE

4.1. O Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, norma que editou o Estatuto da CAPES, determinou que deve o Presidente *"atuar como instância recursal das decisões do Conselho Técnico Científico da Educação Superior e do Conselho Técnico Científico da Educação Básica"*, conforme inciso X, do Art. 26, deste mesmo Estatuto.

4.2. A Universidade de Santo Amaro (UNISA), que segundo informações constantes na Plataforma Sucupira possui 06 (seis) programas de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento, incluindo o curso de mestrado em medicina veterinária de nota 4, submeteu ao Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) da CAPES, em 2018, proposta para abertura de curso de

doutorado em medicina veterinária. Após a análise inicial e após análise do pedido de reconsideração, o CTC-ES não recomendou a abertura do curso.

4.3. Diante deste fato, a UNISA, com base no Decreto nº 8.977/2017 e nas Portarias CAPES nº 273/2018 e nº 94/2019, submeteu pedido de recurso de decisão do CTC-ES ao Presidente da CAPES. O pedido foi recebido e instruído sob o nº 23038.004360/2019-77. O trâmite do processo obedeceu ao disposto na Portaria CAPES nº 273/2018, conforme pode ser verificado por meio da cópia integral do processo administrativo, em anexo (SEI 1117091), em que consta, inclusive, o PARECER n. 00210/2019/CMF/PFCAPES/PGF/AGU da Procuradoria Federal junto a CAPES, com a seguinte conclusão quanto à análise jurídica referente ao trâmite do processo:

Diante disso, considerando o confronto entre os elementos constantes do processo e o trâmite recursal estabelecido na Portaria 273, de 18 de dezembro de 2018, não se identifica, sob a perspectiva jurídica, nenhuma atipicidade na conduta (item 6, página 2).

5. DOCUMENTOS RELACIONADOS

5.1. Cópia integral do processo administrativo que aprovou o curso de doutorado da UNISA (SEI nº 1117091).

5.2. Extrato de tramitação do processo emitido pelo SEI (SEI nº 1117093).

6. CONCLUSÃO

6.1. Diante do exposto e em atendimento ao OFÍCIO Nº 4358/2019/ASPAR/GM/GMMEC (SEI 1116291) e ao Requerimento de Informação nº 1.759 de 2019 da Câmara dos Deputados (SEI 1116292), encaminha-se essa Nota Técnica, Cópia integral do processo administrativo que aprovou o curso de doutorado da UNISA (SEI nº 1117091) e o Extrato de tramitação do processo emitido pelo SEI (SEI nº 1117093).

ANDERSON RIBEIRO CORREIA

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Ribeiro Correia, Presidente**, em 18/12/2019, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 25, inciso II, da Portaria nº 01/2016 da Capes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.capes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1118823** e o código CRC **10C2B3E3**.